FÓRUM INTERSINDICAL SAÚDE – TRABALHO – DIREITO

Julho - 2017
Informativo
ANO II - Nº 23

COORDENAÇÃO DESTA EDIÇÃO DIHS/ENSP/FIOCRUZ

Nesta edição

Editorial – Morrer no trabalho. Até quando?	1
Entrevista – Maria Juliana Moura Corrêa	2-4
Artigo do mês – Ricardo Fernandes Gonçalves	5-6
Perfil Sindical – Amadeu Alvarenga	7-8
Trabalhadores Anônimos – Jorge Luiz Dias	9
Informes	10

Morrer no trabalho. Até quando?

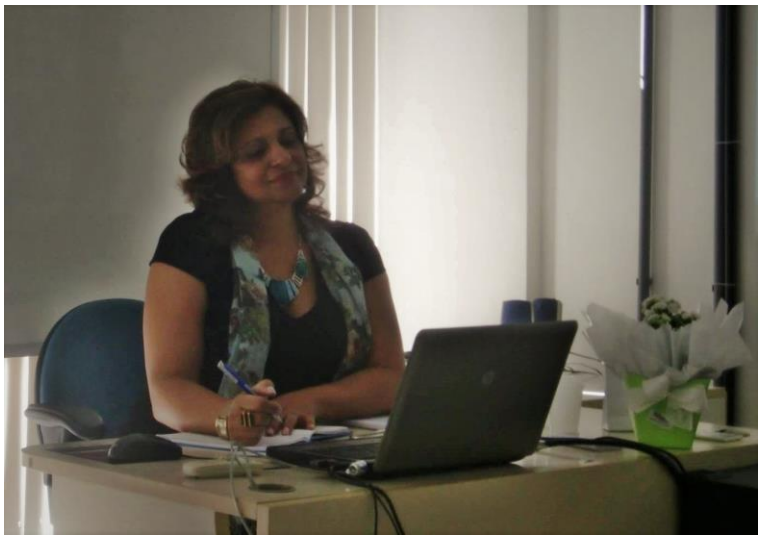
*EDITORIAL**

Para estarmos vivos aqui e agora, alguém morreu trabalhando. Morreu construindo o edifício onde você mora ou onde você trabalha. Para você passar por onde você passa, algum trabalhador morreu, construindo a rua, a avenida, a estrada. Nos lugares que você frequenta, alguém está morrendo, ou já morreu, ou morrerá. No açougue, na padaria, na agência bancária, na escola, no supermercado, no boteco, perto de você, na portaria de sua casa, trabalhadores morrem. Trabalhadores morrem para colocar a comida na nossa mesa. Trabalhadores morrem para garantir a sua segurança, ainda que ela seja cada vez mais insegura. Trabalhadores morrem quando atendem a você e a seus filhos nos serviços de saúde. Para lhes prover saúde, morrem. E se não morrem, adoecem. E se adoecem, morrerão. Não morrerão com a dignidade que defendemos para os que morrem. Morrerão porque trabalham. E isso é inconcebível. É, simplesmente, inconcebível. Até quando, nós, os que desfraldamos o discurso da saúde do trabalhador, acataremos, ordeiramente, ordenadamente, subservientemente a ordem da morte injusta? Para que servem os que produzem conhecimentos sobre saúde do trabalhador, sem se rebelarem? Para que servem os que habitam os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do SUS, sem cumprirem com sua missão? Para que servem os dirigentes sindicais, se não defendem a vida de seus trabalhadores? Todos nós sabemos que não podemos contar com os governantes, os parlamentares, os juízes que têm o poder para fazer alguma coisa e nada fazem. Todos nós sabemos que não podemos contar, em nada, com os empresários, os patrões, aqueles que detêm o poder econômico. Os que produzem apenas ... mais poder econômico e mais mortes injustas, que se fossem apenas mortes injustas seriam menos piores do que as desgraças que causam pelas consequências. A morte no trabalho, por não ser natural, é uma contraordem do curso natural das coisas. Famílias se desagregam, ficam desamparadas, destroem-se. A pré-morte - a doença grave do trabalho - é igualmente desagregadora, destrutiva. A doença grave do trabalho, seja qual for, destrói a alma humana, a alma da sociedade do trabalho. Desafia o direito, o Estado, as instituições, os profissionais que se arvoram ser da saúde do trabalhador. Embora seja muito o que fazemos, é pouco perto do que precisamos fazer. Se isso é um jogo, que jogo é esse? E quais são os jogadores? De que lado estão, uns e outros? Morrer no trabalho é a face mais desumana da desumanidade. Se o trabalho é a fonte da vida de todos nós, morrer no trabalho e adoecer no trabalho é a maior marca da incompetência de todos nós. Incompetência por não entender isso como questão de vida ou morte. Mas, cabe perguntar: acreditamos nisso? Acreditamos que morrer no trabalho é uma violação do direito humano mais fundamental que é garantir a vida dos que garantem a sua, a nossa vida? Não é possível, absolutamente, que crianças morram de fome nem que trabalhadores morram trabalhando, sem que isso cause um choque civilizatório de ética contra a humanidade em nossas já carcomidas desesperanças de nossas consciências. Não se pode esperar nada de quem não se pode esperar nada além de nada: aqueles que poderiam fazer alguma coisa. Mas, se achamos que podemos fazer alguma coisa, então não somos esses, nem aqueles. Quem somos então? São muitas as lutas hoje necessárias no mundo atual e no Brasil, nosso caso. Lutas contra a discriminação de raça, etnia, gênero, idade, deficiência, pobreza, miséria, classe social, religião, ideologia... a lista é infindável. Mas, a discriminação contra o trabalhador é abominável. Se morre é o culpado. Se adoece é o culpado. E se não morre, ou não adoece? É apenas mais um sobrevivente. Enquanto o trabalho não for tido como meio de vida, respeitado pela sociedade como o esteio da sobrevivência de todos no planeta, todos seremos apenas sobreviventes perdedores de um jogo perdido. Iniciativas que fazem da saúde do trabalhador como sua motivação primordial de ação, tal qual o Fórum Intersindical, farão sempre menos do que precisam fazer se não estabelecerem estratégias muito fortes e eficazes de mudança. Pensar sobre elas não é somente um exercício de convívio agradável, embora esse seja bem-vindo. É mais do que isso, é se despojar de algumas amarras. Uma delas, talvez a principal, é aquela que Sergio Arouca ressaltava em sua fala na 8ª Conferência Nacional de Saúde, que ajudou a conquistar o SUS: saúde é a ausência do medo. E fazer saúde do trabalhador é exercer a ausência do medo em seu grau máximo. É exercer o reconhecimento da dignidade no trabalho em seu grau máximo. É fazer jus à condição de ser humano em sua plenitude. E agora, em tempos sombrios de aprofundamento da perda de direitos no trabalho, é preciso redobrar a nossa luta. ■ ■ ■

***Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.**

A fala da Saúde do Trabalhador

Maria Juliana Moura Corrêa



Juliana é uma das mulheres poderosas da saúde do trabalhador. Desde sempre na gestão de serviços, Juliana vem contribuindo para a consolidação da área em nosso país.
É assistente social e doutora em Saúde Coletiva. Militante da saúde desde a época da faculdade, participa do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Pautou sua militância na luta pela reforma sanitária brasileira e pela democracia e tem como marca principal sua atuação com e para os movimentos sociais, especialmente ligada aos sindicatos de trabalhadores.
Nessa entrevista Juliana nos conta um pouquinho de sua trajetória...

Minhas inquietações com a questão social e o necessário período de enfrentamento político pela construção da democracia no país, no período pós-ditadura militar, conduziram-me à busca de uma formação crítica, na ciência social aplicada. Na graduação em serviço social (1980-1983) iniciei minha militância política, por meio da participação no movimento estudantil, na direção do diretório acadêmico e nos primeiros contatos com a teologia da libertação, articulação que era facilitada pela proximidade entre o serviço social e a teologia que na época ficavam no prédio cinco da PUCRS [Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul]. Também foi nesse período que vivenciei a luta pela terra, com a ocupação da Fazenda Annoni, pelo MST [Movimento dos Sem-Terra], em Sarandi, no Rio Grande do Sul. A década de 1980 foi um período de efervescência do movimento estudantil e da Reforma Sanitária Brasileira, movimentos em que participei ativamente. Até hoje, participo do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), que tem uma história marcada pela contínua defesa da democracia e da atenção à saúde. A escolha pela área da saúde foi uma decisão, desde o início de minha formação, e pela Saúde Coletiva como consequência do processo histórico e político instituído no Brasil, no campo científico e ideológico.

Para complementar minha formação fiz duas residências em saúde mental, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, uma delas especializada em saúde mental infantil. As residências, apesar do esforço de transitarem entre a ênfase da doença e o sujeito de direito, concentravam teorias e práticas fortemente influenciadas pela abordagem da clínica e da teoria freudiana. Apesar disso, também buscávamos outros referenciais, como por exemplo, obras de Karl Jaspers e seus ensaios teóricos de integração das ciências, por meio da filosofia. Essa trajetória de formação em saúde mental, apesar da centralidade dos componentes da clínica e compreensão das doenças, pelas suas características interdisciplinares permitiram o exercício e atuação baseado no meu conhecimento das ciências sociais e da práxis centrada no sujeito, com agregação de outros instrumentos de análise e compreensão do processo de adoecimento, para estabelecimento do diagnóstico e intervenção. Nesse período, já com muitas inquietações em relação ao modelo assistencial hospitalocêntrico e a formação centrada na doença versus a saúde, iniciei minha militância na reforma sanitária. A vanguarda do movimento da reforma psiquiátrica conclamava por uma política de saúde mental, num contexto de redemocratização do país e da mobilização político-social que engendrou um processo de intensos debates, confrontos e conflitos de saberes e práticas, entre as corporações da área da saúde e da formação.

Venha para o Fórum Intersindical
Juntos fazemos a diferença da Saúde do Trabalhador

María Juliana Moura Corrêa

Em 1993, em decorrência da minha trajetória, formação e militância, fui convidada a contribuir com a implantação da Política de Saúde do Trabalhador, no município de Porto Alegre, para a definição da abordagem de trabalhadores com Sofrimento Mental Relacionado ao Trabalho. O convite representou um novo desafio em minha vida profissional, especialmente no que se referia aos recursos para compreender a complexidade do processo de adoecimento dos trabalhadores e intervir nas fontes de risco, que exigia outros aportes teóricos relacionados com a noção de produção social da doença. No plano da intervenção, junto com outros colegas do Programa de Saúde do Trabalhador, inovamos nas ações de vigilância, na elaboração de instrumentos como: roteiros de inspeção, protocolos, anamneses e pareceres interdisciplinares, abordagem crítica interativa em contraposição ao modelo de tratamento terapêutico centrado nos aspectos biológico e/ou individual. Ainda na década de 1990, como membro do colegiado diretivo da Escola dos Trabalhadores 8 de Março, no Vale dos Sinos, fui responsável pela formação técnico-política de dirigentes sindicais, momento em que a política de ST foi compreendida como central na formação para a atuação sindical de base. Assessorei a CUT/RS nas teses de ST para disputa nas conferências de saúde e realizei muitas palestras e formações em sindicatos, bem como planejamento de intervenção nos riscos em parceria com representantes sindicais e os serviços do SUS. Desde então, a Saúde Coletiva e a institucionalidade da política de ST passaram a fazer parte da minha atuação profissional, enquanto campo de saber, prática e produção do conhecimento. Referenciais teóricos, como Mário Testa e Cecília Donnangelo, ampliaram a compreensão do campo da Saúde Coletiva, enquanto campo de prática. A paixão pelos estudos e o desejo de integrar saber e prática me levaram a outra especialização: Epidemiologia (Universidade Federal de Pelotas), em 2001. Na coordenação da ST no município de Porto Alegre (1993), participei da elaboração do Código de Vigilância em Saúde, que inseriu formalmente o Cerest na estrutura da vigilância e efetivou o poder de polícia aos técnicos do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, momento em que fizemos ampla articulação com o legislativo para aprovação dos capítulos no código municipal de saúde.

Entre as diversas vigilâncias e modalidade de intervenção, destaco as experiências que integravam o conhecimento da assistência, vigilância, pesquisa e saber operário, como por exemplo, a vigilância no trem de pouso dos aviões de uma das grandes empresas aéreas do país. Na coordenação da Política de Saúde do Trabalhador no estado do Rio Grande do Sul (1999 a 2002) assumi o desafio de elaborar e implantar a Vigilância Epidemiológica em ST no estado, com a criação do Sistema de Informações Estadual (instituído por decreto do governo) e da rede de Observatório de Acidentes de Trabalho, nas emergências hospitalares. Outra definição importante para garantir o acesso à atenção integral à ST foi a criação regionalizada dos Cerest inseridos no processo de regionalização da saúde com política de financiamento fundo a fundo. Considero, também, que a aprovação da Lei 11.643/2001 (banimento do amianto no RS), remeteu-me a um importante momento histórico de decisão e processo político com o governo, legisladores e trabalhadores do ramo produtivo no estado. A partir da experiência na gestão em saúde foi possível pôr em prática muitas das concepções e diretrizes do SUS, quando implantei diversos projetos nas três esferas de governo, enquanto coordenadora em Saúde do Trabalhador (capital e estado do RS) e assessora do Núcleo do Ministério da Saúde no RS, na Coordenação Geral de Planejamento em Saúde da SMS/POA, dentre outros cargos na gestão, que contribuíram para minha formação prática na Saúde Coletiva, na organização dos serviços e implementação das políticas de saúde do SUS. A minha atuação na gestão em saúde explícita a trajetória compartilhada com muitos sanitaristas que, comprometidos com a reforma sanitária, dedicaram grande parte de sua carreira profissional à implantação do SUS e ao fortalecimento das políticas de saúde.

Quando reflito sobre os grandes dilemas da perda de direitos da classe trabalhadora no cenário atual e os desafios à Saúde do Trabalhador, com a aprovação da reforma trabalhista e previdenciária, entendo que precisamos urgentemente fortalecer a relação com os movimentos sindicais e populares, realizar formação política e resgatar a questão democrática da saúde, como fizemos nas décadas de 80 e 90, e atualizar as narrativas, formatos de educação e comunicação em rede.

Maria Juliana Moura Corrêa

Na gestão da ST, além das lideranças masculinas, houve forte liderança também das mulheres que tomaram a frente na formulação e implantação da política de ST no Brasil. Entre estas, quero destacar no importante momento histórico de produção de normas, planos operativos e ações em ST para o SUS, em articulações políticas e estratégicas que unificavam objetivos comuns, as lideranças dos estados da Bahia (Letícia), Minas Gerais (Jandira), Rio Grande do Sul (Juliana), São Paulo (Paula Pozzi) e Rio de Janeiro (Fátima Sueli), aliadas ao governo federal representado por Jacinta, na década de 1990 e início dos anos 2000.

As Poderosas da Saúde do Trabalhador no Brasil

Da esquerda para a direita:
Jandira Maciel (MG) / Letícia Nobre (BA) / Paula Pozzi (SP) / Fatima Ribeiro (RJ) / Juliana Corrêa (RS) / Jacinta Silva (Brasília) (ano 2000)

No mestrado, fiz um percurso de retorno ao Serviço Social da PUCRS (2006-2008), o que representou uma oportunidade de revisitar as bases teóricas que fundamentam minha formação nas ciências sociais aplicadas. Cabe salientar que o curso, na década de 90, rompeu com o conservadorismo teórico-metodológico para assumir o projeto ético-político baseado na teoria social crítica, para a leitura da realidade. O mestrado significou a possibilidade de aprofundamento da leitura da filosofia e economia política, numa perspectiva de compreender o método em Marx e suas categorias para o uso na pesquisa qualitativa. A dissertação do mestrado, orientada pela teoria em Marx, oportunizou-me trabalhar com a categoria analítica do método: a historicidade, contradição e totalidade, e as categorias explicativas da realidade: classe social e processo de trabalho, com as quais busco desvelar a ausência de dados de adoecimento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que caracterizo a exposição presumida pelo relato da história de exposição ao benzeno dos trabalhadores. A minha trajetória revela o prazer de transitar entre as teorias qualitativas e quantitativas, as ciências sociais e a epidemiologia, e foram justamente elas que me conduziram ao doutorado em Saúde Coletiva, na área de concentração Epidemiologia, no ISC/UFBA [Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia] (2011- 2014). Certamente, a formação em epidemiologia foi uma das decisões mais importantes na consolidação da minha carreira e dos estudos em ST e exposição ao benzeno no Brasil, cujos resultados podem contribuir com a Comissão Nacional Permanente do Benzeno, da qual participei como membro da bancada de governo em 2012. Minha formação na pós-graduação demarca definitivamente meu interesse pela pesquisa e deflagra um momento de síntese e integração das experiências na formação acadêmica, na gestão em saúde e militância na área de ST. Nesse estágio de formação, lugar da produção do conhecimento em que a aprendizagem deu lugar ao rigor com o método científico nas Ciências Sociais e na Epidemiologia, bem como a clareza com a materialização das teorias que fundamentam o modelo teórico e operativo que direcionam o percurso da investigação. Atualmente estou em uma nova experiência profissional em ST, na condição de missão científica no Cesteh-Ensp-Fiocruz, no qual aprofundo a participação no Projeto da Rede de Vigilância da Exposição ao Benzeno, uma experiência bem sucedida que integra as instituições de ensino, Cerest e a representação dos trabalhadores. Quando reflito sobre os grandes dilemas da perda de direitos da classe trabalhadora no cenário atual e os desafios à Saúde do Trabalhador, com a aprovação da reforma trabalhista e previdenciária, entendo que precisamos urgentemente fortalecer a relação com os movimentos sindicais e populares, realizar formação política e resgatar a questão democrática da saúde, como fizemos na década de 80 e 90, e atualizar as narrativas, formatos de educação e comunicação em rede. Assim como formular e fazer os necessários enfrentamentos técnicos para as mudanças no trabalho que potencializam os riscos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. ■ ■ ■

[entrevista concedida à Coordenação – julho 2017]

MINERAÇÃO NO BRASIL: ESPOLIAÇÃO AMBIENTAL E DO TRABALHO

artigo do mês

Ricardo Fernandes Gonçalves*

> *" Tudo murcha, pois a indústria extrativa (e não transformadora) de minerais não costuma deixar senão um rastro de pó e tristeza..."*
> (Carlos Drummond de Andrade)

As palavras acima, escritas pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, fertilizam a reflexão do leitor sobre práticas de pilhagem de recursos territoriais pelo modelo de mineração vigente no Brasil e em demais países da América Latina como o Chile, Peru, Argentina e México.

A exploração mineral nestes países deixa rastros de espoliação e esgotamento ambiental para extrair cada tonelada de ferro, nióbio, níquel, cobre e outros minérios que desempenham um papel estratégico na fase contemporânea do capitalismo mundial, aplicados na construção de megaestruturas metálicas e em indústrias como a armamentista, automobilística e eletroeletrônica.

Por consequência, as paisagens naturais impactadas pelo modelo mineral exportador são erodidas em poucos anos.

Para extrair os minérios que abastecem as principais economias mundiais como a China e os Estados Unidos, a força física de trabalhadores também é mobilizada e exaurida pela superexploração do trabalho. Estas observações introdutórias esclarecem que o modelo de extrativismo mineral fortalece estratégias de controle do trabalho e apropriação privada e desigual dos territórios. A escala da produção e exportação, os métodos e ritmos extrativos, assim como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia revelam a "insustentabilidade do desenvolvimento" em países e regiões dependentes dos empreendimentos de mineração. A demanda internacional por matéria prima mineral teve um rápido crescimento na primeira década do século XXI, e ilustra a expansão do que Petras (2014)[1] denomina de 'capitalismo extrativo'. Essa constatação é ilustrada pelos resultados econômicos do comércio global de minérios.

Entre os anos 2001 e 2010, os valores das importações de minérios em todo o mundo saltaram de US$ 31 bilhões para US$ 230 bilhões.

Quanto à participação do Brasil nas exportações neste mesmo período, o país respondeu por 16% das cifras mundiais. Com efeito, os resultados do comércio internacional dos minérios brasileiros saltaram de US$ 3,1 bilhões para US$ 30,8 bilhões (MILANEZ, 2016)[2].

Os impactos do processo expansivo da mineração, que têm como centralidade a elevação dos lucros de empresas nacionais e transnacionais, ampliaram as escalas de conflitos territoriais, expropriação de comunidades tradicionais e precarização do trabalho. Desse modo, a cartografia de grandes projetos de mineração localizados em estados brasileiros como Minas Gerais, Pará, Goiás e Bahia revela, ao mesmo tempo, a geografia dos conflitos envolvendo a mineração. Informações apresentadas pelo Banco de Dados de Recursos Minerais e Territórios, organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), ao reunir estudos de casos socioambientais do extrativismo mineral apontaram a existência de 118 conflitos envolvendo esta atividade econômica em todo o Brasil.

Neste sentido, alguns exemplos de conflitos e contradições da mineração problematizam o modelo mineral brasileiro. Um dos casos é a exploração de amianto crisotila pela Sama S.A Mineração Associadas, na mina Cana Brava, localizada em Minaçu, no extremo norte do estado de Goiás.

O mineral, explorado no município goiano desde os anos 1970, é proibido em mais de 50 países.

Os efeitos da mineração e uso do amianto são deletérios ao ambiente e à saúde, considerando que os fragmentos microscópicos lançados no ar, ao serem inalados provocam doenças conhecidas como asbestose (fibrose pulmonar), mesotelioma (tumor maligno de pleura e pericárdio) e males gastrointestinais.

continua

Com efeito, além da paisagem desoladora e dos danos ambientais irreversíveis provocados pelas cavas a céu aberto, a mineração de amianto crisotila em Minaçu impõe os riscos de adoecimento da população local e dos trabalhadores.

O segundo caso exemplificado é o desastre da Samarco/Vale/BHP Billinton na Bacia do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No dia 5 de novembro de 2015, em Mariana/MG, rompeu na microbacia do rio Gualaxo do Norte, tributário do Rio Doce, a barragem de rejeitos de minério de ferro do Fundão, da Samarco/Vale/BHP Billinton. Este evento causou a morte de 19 pessoas e deixou outras centenas desabrigadas, provocando um rastro de lama e destruição de paisagens, roças camponesas, casas, quintais, fontes de água potável e de existência material e imaterial (cultura) dos sujeitos que viviam/vivem nos territórios impactados. Este desastre, além de problematizar os riscos ambientais da mineração, revela que o lucro privado das empresas mineradoras transforma a vida humana, a segurança e a saúde dos trabalhadores em "peças descartáveis da engrenagem capitalista", transforma no que o filósofo István Mészáros chama de "carcaça do capital".

Em suma, destaca-se, conforme Milanez (2016), que as críticas apresentadas ao modelo de extrativismo mineral não significam a adoção de um posicionamento "anti-mineral", resultado de uma visão radical de banimento da mineração ou interrupção das minas em operação no Brasil.

Venha para o Fórum Intersindical
Acompanhe nosso Boletim Informativo

As problematizações apresentadas estão centradas no próprio modelo mineral subordinado aos ditames da lucratividade privada, depredador do meio ambiente e dos trabalhadores e atravessado por práticas de expropriação e violência na relação com comunidades tradicionais.

Críticas ao modelo brasileiro de mineração baseiam-se na sua incapacidade de garantir a reprodução social digna da existência nos territórios; e na sua capacidade de perpetuar ações predatórias sobre a força de trabalho, os ecossistemas e os bens comuns. ■ ■ ■

Referências Bibliográficas
1 - PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.
2 - MILANEZ, B. *Mineração e impactos socioambientais*: as dores de um país extrativista. Juiz de Fora/MG, 2016. Não Publicado.

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves é Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Iporá. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/UFJF) e Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/UFG). Também participa do Grupo de Cartografias Existenciais em Goiânia, GO. Sua tese de doutorado: *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás* está disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6111?mode=full
Correio eletrônico: ricardo.goncalves@ueg.br

Para complementar, conheça:
I - Convenção OIT Nº 176 - Segurança e Saúde nas Minas da Organização Internacional do Trabalho. Acesse...
http://www.oitbrasil.org.br/node/516
II - NR 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. Acesse...
file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/norma-regulamentadora-n-022-seguranca-e-saude-ocupacional-na-mineracao-[243-170311-SES-MT].pdf
III - Abaixo da Capital: Mineração, destruição e morte. Acesse...
https://www.youtube.com/watch?v=AdXLnUS-XJw

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão 'comum'. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma 'ciência' hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas 'leigas', boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas 'científicas' que tratam da saúde do trabalhador não são "para o bico" dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos "para o bico" dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas 'científicas'. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas 'científicas' cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos.
Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

Amadeu Alvarenga

Um Sanitarista de Fé

Estamos condenados a perseverar.

Nosso companheiro Amadeu, militante, calorento e caloroso, assíduo frequentador da Ponte Aérea Brasília-Rio para não perder uma do Fórum Intersindical, brinda-nos com um depoimento emocionado, literatura autobiográfica do mais alto nível. Fala Amadeu!

Chamando minhas Saudades. De um Sanitarista de Fé, quase de profissão, ceifada a condição, pela Ditadura sórdida! Chegando aos dez anos, 1961, me firmou, me encantou perspectivas. Já apaixonado pelo Fluminense, Mangueirense e pela Eliana, da Araujo Leitão, do Lins. Castilho, Pinheiro, Garrincha, Zito e Nilton Santos, Dick Farney, Lúcio Alves, Silvio Caldas, Gardel, Dolores Duran, Maysa, meus ídolos, Silvinha Teles e Dona Silvia (minha professora), minhas paixões mais maduras. Campanha da Legalidade, Brizola mandando ver (esmagando os fascistas, lacerdistas, o imperialismo e o escambau), me batizando revolucionário Brizolista. Discurso ouvido impressionado, no PHILCÃO, com meu Vozão Amadeu, Getulista, pertinho também da minha generosa mãe Guerreira Bea, Brizolista e de firme amigo e timoneiro, pai gauchão, Alvarenga, Meus amores. Em junho, Dona Silvia, minha valente Professora trabalhista, inesquecíveis braveza e pernas, nos levou ao Museu do Índio (idealizado por Mestre Darcy Ribeiro), no Maracanã, comemoração da criação do Parque do Xingu. Criado, pela luta belíssima do Antropólogo Maior Darcy Ribeiro, meu Pajé inspirador, de pensares libertários, do profundo amor ao meu Brasil. Sertanistas, os irmãos, Leonardo, Claudio e Orlando Villas Boas que me ensinaram o profundo amor às causas do índio (eu mesmo descendente de Charruas), Sanitarista Mór Noel Nutels, Médico do Povo Brasileiro, combateu a tuberculose e a malária, com genial despojado incansável afinco, me instigou a estudar Medicina, além do eterno defensor dos Índios, Marechal Rondon. Minha vida marcada para sempre.

Brizola (além de Jango, Che, Lenin e João Cândido) referência política. Persegui o ideal sanitarista, entrando no Curso de Medicina 1974, em Petrópolis, depois na UNB [Universidade de Brasília], ainda mais incitado, comovido, ao ler o livraço Quarup do Antonio Callado que com Maíra de Darcy Ribeiro são as bíblias do Brasil real, profundo... Na faculdade, acompanhei atento como estudante, o 'Movimento Sanitário'. Criamos na UNB, um Coletivo de Comunas (Yo También Brizolista), procurávamos atentos saber tudo que podíamos, do produzido pelo CEBES [Centro Brasileiro de Estudos de Saúde], atentos aos Sanitaristas; Eleutério Rodriguez Neto, David Capistrano Filho, Sergio Arouca, Eduardo Azeredo Costa (depois Irmão, Mestre querido), Anamaria Tambellini, Hésio Cordeiro, enfim curiosos comunas, a se firmarem Sanitaristas. Cuidar do brasileiro ferrado, cuidar dos índios, sarar o Brasil, era nossa sina. Iniciado no período de transição democrática, anos 70, o movimento sanitarista lutava pela democracia na política nacional de saúde...

"uma atenção à saúde efetiva dependia de um sistema de saúde democrático, viável somente em um regime democrático. O movimento tem, assim, como princípio o reconhecimento da saúde como direito universal a ser garantido pelo Estado através de um sistema de saúde universal e equânime" (LOBATO, 2000, p.17).

Esse princípio, baseado em uma proposta de medicina comunitária, apontava para uma reversão do modelo assistencial curativo e especializado e para a expansão da oferta de serviços básicos descentralizados. Na verdade estamos falando do Movimento Sanitário no Brasil que, iniciado em plena ditadura (1974), criou uma ampla rede pública

de serviços e foi moldado pelo movimento de formação crítica dos sanitaristas (militantes, intelectuais e lideranças comunitárias defensores da Reforma Sanitária) (FLEURY, 1994). Em 1977, soldado do Movimento estudantil, fomos expulsos da UNB, com outros bons Camaradas, pelo Reitor fascista Contra-Almirante, verdugo da Educação, **josé carlos azevedo**. *Já trabalhando no Banco do Brasil, pai da amada filhinha Bárbara, hoje mãezinha da amada netinha Julinha, e engajado na luta sindical, me dediquei a estudar e agir: Saúde, Condições de Trabalho, Engels, Zola, e tome polca. Mesmo cassado da Medicina, mas engajado no Movimento Sindical, dedicado a defender a Saúde do Trabalhador, acompanhei a Conferência de ALMA ATA em 1978, e participei em 1979 do I Simpósio Nacional de Política de Saúde, realizado pela Comissão de Saúde da Câmara de Deputados. O CEBES apresentou uma proposta de reorganização do sistema de saúde (já na época chamava de Sistema Único de Saúde), década de 80. Criamos o Movimento de Saúde do Banco do Brasil, com laços estreitos com pessoal da UFRJ, UERJ, UNICAMP, UFCE. Sanitaristas Jaques, Onildo, Sylvia Jardim, Graça Moulin, Dr. João Ferreira, Cristininha, Cesar Rodrigues ... e tome de defender o trabalhador. Em 1985, a vivência na UNB me deu régua e compasso na construção da Secretaria de Saúde do Trabalhador no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, junto com o saudoso Lao-Tsé da CAIXA. Daqui no bacana encontro com irmãos comunas queridos, grandes sanitaristas Fadel, Jorge Huet, Fatinha, Maria Helena, Anamaria Tambellini, Jorge Teixeira e outros engajados pensadores militantes, a lutar pelo SUS (decisivos na peleja dentro da Constituinte, contra os sujos interesses da saúde privada) e implantar o Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador no Rio de Janeiro. Bom dizer que este Coletivo de Saúde do Trabalhador, capitaneado pelo pessoal da FIOCRUZ, formado pela Academia e Sindicalistas, realizou obra revolucionária, pela Causa do Trabalhador. Os sabidos, destemidos debates, transformados em ações drásticas, combatendo a opressão do capital, fizeram História, referência até hoje, de como se faz resistência contra Condições de Trabalho aviltadas. Em Pleno século XXI, meu Mestre Sanitarista de Prima, Mano Véio Eduardo Azeredo Costa, me convoca para Missão Comuno-Brizolista, na defesa do brasileiro, primeiro, com o Camarada Eduardo Simas querido, na FUNDACENTRO/MTE, Ministro nosso maninho, Carlos Daudt Brizola, depois num esforço de reportagem, no Ministério da Saúde, com Sanitarista, o bom Pedro Reginaldo, onde combatemos o Aedes com sabedoria. Tenho que dizer da missão em Cuba, construindo o Comitê Gestor de Saúde, Brasil-Cuba, onde realizei um sonho de uma vida e aprendi p'ra caramba no enfrentamento com o Golpismo neoliberal-golpista, desumano. Mais agora reencontro Guias Espirituais, Sanitaristas do Trabalhador, maninhos Luiz Carlos Fadel e Jorge Huet (com quem compartilhei batalha pelo proletariado no MS), Maria Helena, sob a Direção na ENSP, do Camarada Brizolista Hermano, e que me apresentaram queridos pensadores, militantes, Ana Paula, Jaqueline, Luciene, Renato, Carol, Emerson, no nome de todo coletivo, construindo o Fórum Intersindical, de Saúde Trabalho e Direito, do DIHS/ENSP/FIOCRUZ, onde percebo o mesmo compromisso e sabedoria do Movimento Sanitário da década de 70, tristemente coincidindo com tempos iníquos golpistas. Digo aqui, também no agora, da Militância no Sindicato dos Bancários de Brasília, acolhido pelas Secretarias de Formação Sindical, sob a regência da Professora Teresa Cristina, e de Saúde do Trabalhador, sob a coordenação da Bancária Monica Dieb, fazendo Saúde do Trabalhador, graças à compreensão lúcida e generosa do Presidente Eduardo Araújo. Estamos condenados a perseverar.*

■ ■ ■

Nota dos Editores
Amadeu cita dois textos em seu depoimento:

1 - ***Reforma Sanitária e Reorganização do Sistema de Serviços de Saúde: Efeitos sobre a Cobertura e a Utilização de Serviços*****, de Lenaura Lobato (2000). Acesse o texto: http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/lobatolvcd.pdf**

2 - ***Estado sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina*****, de Sonia Fleury (1994). Acesse o texto: http://static.scielo.org/scielobooks/jm5wd/pdf/fleury-9788575412428.pdf**

Trabalhadores Anônimos

Dando Visibilidade às Identidades Sociais

Salve Jorge!
O anjo da guarda do chopp.

Rua Barata Ribeiro, esquina de Paula Freitas... Fregueses do REAL CHOPP, ou simples transeuntes, têm no sorriso e na mão estendida de Jorge um momento de acolhimento, coisa rara nesses tempos de tenebrosas transações. Jorge Luiz Dias, 61 anos, carioca, flamenguista, mangueirense é companhia imprescindível, embora sempre um pouco à distância, dos chopps e petiscos inigualáveis de um dos melhores botecos do Rio de Janeiro. Mantendo uma escala de trabalho de inacreditáveis 24 por 24 horas, Jorge (com sua simpatia) conta com a amizade dos donos do boteco para aguentar a jornada extenuante que lhe é imposta pelo contrato informal com a empresa de segurança comercial a que é vinculado. A frase que Jorge gosta de repetir "*Eu vivo de bem com a vida*" não transparece as dificuldades pelas quais passa um trabalhador autônomo, sem vínculo, sem previdência social e sempre correndo atrás para viver com dignidade, otimismo e alegria.

Jorge estudou até o 1º ano científico, pois pretendia estudar medicina. A paternidade precoce adiou seus planos e hoje, com seu neto Rogério Jr., os planos continuam adiados. Na época, aos 18/19 anos, depois de ter sido cavalariço no Jockey Club, teve que se virar como vendedor ambulante na Central do Brasil. Lá permaneceu por muitos anos, onde se mantinha com uma certa estabilidade. Em 1992, com a vitória de Cesar Maia nas eleições municipais do Rio de Janeiro, correu um boato de que as barracas dos ambulantes da Central do Brasil seriam fechadas, o que de fato ocorreu em 1993, quando assume o novo prefeito. Por sorte, com a forte ameaça pairando sobre os ambulantes, Jorge vendeu a barraca e pôde comprar uma casinha em Sepetiba, onde hoje vive seu neto de 10 anos com os pais. Nos 'anos Cesar Maia' trabalhou na apuração do jogo do bicho. É possível que esse ofício tenha contribuído para a sua linda caligrafia, não se sabe. Quando Luiz Paulo Conde assume a prefeitura, em 1997, Jorge volta a trabalhar como ambulante na Rodoviária, onde permaneceu durante alguns anos. A oportunidade de trabalhar como segurança particular seduziu Jorge, a ponto de estar até hoje (mais ou menos 20 anos) nesta atividade. A segurança que Jorge realiza é uma atividade desarmada, cuja arma é o convencimento, a educação e a simpatia. Esse é o segredo que faz com que Jorge não tenha quase problemas com assaltantes, pichadores e baderneiros nas madrugadas, especialmente quando o bar está fechado e ele fica a postos para cumprir sua missão. Perguntado sobre como faz para lidar com o sono, já que fica 24 horas acordado, dia sim, dia não, rotineiramente, a resposta é simples. "*Saio do plantão e faço minhas coisas durante o dia, além de procurar me divertir...quando chega a noite vou lá e durmo, p'ra começar no dia seguinte no horário de sempre...*"

Como o salário é pequenininho, Jorge faz uma rifa semanal do *Red Label, whisky* tradicional que já tem sua freguesia certa. Para conseguir um número da rifa, só com pistolão ou entrando na fila, pois quase todos os números já têm sua clientela cativa. O convívio com pessoas dos mais diversos tipos faz de Jorge um observador aguçado da natureza humana e respeitador de sua diversidade. Ele fala com muito orgulho: "*Convivo bem com todas as classes...*" Quem passar pelo Real Chopp e tiver um tempo para sentar e tomar uma, vai ver o sorridente Jorge chegar devagar, com seu jeito carioca de caminhar, puxar uma conversa rápida e sair dizendo: "*Estamos juntos, sempre.*" ■ ■ ■

Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil
Leia nossos Boletins do Fórum Intersindical
http://www.multiplicadoresdevisat.com/boletins-de-0-ate-11nova-pagina

Venha para o Fórum Intersindical
Faça parte da trincheira em defesa da saúde do trabalhador

INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 28/07 - 6ª feira, 09 às 13:00h, no DIHS/ENSP/Fiocruz
Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro
Telefone: (21) 3882-9222/9223

Na próxima reunião teremos nossa tradicional

Oficina Temática

"Erros e acertos na vigilância do benzeno e amianto."

As convidadas serão

Regina Dal Castel Pinheiro – Cerest/SC

Simone Alves dos Santos – Cerest/SP

Coordenação:

Fatima Sueli Neto Ribeiro – UERJ

Acompanhe...

Aula Inaugural do I Curso de Formação Intersindical de Goiás
Dia 11/08/2017 – 09h
Local: Cerest Goiás
Tema: A saúde do trabalhador no Brasil
Luiz Carlos Fadel – DIHS/ENSP/Fiocruz

Reunião do Fórum Intersindical – Realizada em conjunto com a aula do Curso Intersindical – dia 07/07/2017

Foto: Marcel Cabral

ATENÇÃO!
Se você tem interesse em escrever um texto sobre saúde do trabalhador para a nossa seção artigo do mês entre no blog e veja como proceder:
www.multiplicadoresdevisat.com

CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre SAÚDE do TRABALHADOR.
Veja as instruções para o concurso em nosso site
www.multiplicadoresdevisat.com
Já pode ir tirando suas fotos!!

Coordenação:
Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com